



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CRIMINAL**  
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

### TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0008293-17.2017.8.26.0566 - 2017/002282**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Lesão Corporal (Violência Doméstica Contra a Mulher)**  
 Documento de Origem: **CF, OF, IP-Flagr. - 2705/2017 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO, 2705/2017 - 1º Distrito Policial de São Carlos, 234/2017 - 1º Distrito Policial de São Carlos**  
 Réu: **JOSE CARLOS DE MOURA**  
 Data da Audiência: **03/09/2018**

Justiça Gratuita

Audiência de instrução e julgamento nos autos do processo acima mencionado que a Justiça Pública move em face de **JOSE CARLOS DE MOURA**, realizada no dia 03 de setembro de 2018, sob a presidência do **DR. CLAUDIO DO PRADO AMARAL**, MM. Juiz de Direito. Apregoados, verificou-se a presença do **DR. MARCELO BUFFULIN MIZUNO**, DD. Promotor de Justiça; a presença do acusado, acompanhado do Defensor **DR. ROQUELAINE BATISTA DOS SANTOS (OAB 202868/SP)**. Iniciados os trabalhos, pelo MM Juiz foi indagado a acusação e a defesa se concordam que as perguntas sejam feitas inicialmente pelo Juiz, passando-se a seguir, às reperguntas pelas partes. Acusação e Defesa responderam que concordam. Em seguida, foram inquiridas a vítima **ONDINA APARECIDA DOS SANTOS MOURA** e as testemunhas **LEONARDO DONIZETI DO NASCIMENTO e MÁRIO DE CESAR CALÉ**. Por fim, foi realizado o interrogatório do acusado (*Depoimentos registrados por meio audiovisual, de acordo com o previsto no artigo 405, § 1º do Código de Processo Penal, tendo sido juntados aos autos em consonância com os artigos 150 e 1.270 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). Após, não havendo outras provas a serem produzidas (artigo 402 do CPP), o MM Juiz determinou que se passasse aos debates orais (artigo 403 do CPP), os quais foram realizados em mídia digital (*Conteúdo captado pelo registro audiovisual, tendo sido juntado aos autos de acordo com o artigo 150 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). A seguir o MM. Juiz proferiu a seguinte **SENTENÇA: Vistos, etc. JOSE CARLOS DE MOURA**, qualificado, foi denunciado como incurso no artigo 129, §9º, no artigo 147, caput, ambos do Código Penal, c.c. artigos 5º, inciso II e 7º, incisos I e II, da Lei nº 11.340/06 e no artigo 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei n.º 10.826/03, na forma do artigo 69, do Código


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**2ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

Penal. O réu foi citado e ofereceu resposta, não sendo o caso de absolvição sumária. Em audiência foi produzida a prova oral. Em alegações finais, o representante do Ministério Público requereu a procedência nos termos da denúncia, com fixação de pena no mínimo legal, com substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. A defesa requereu a improcedência com relação aos crimes de lesões corporais e ameaça ou, alternativamente, a absorção do delito de ameaça no delito de lesões corporais, com relação ao crime de porte de arma e munições, requer a fixação da pena no mínimo legal. **É o relatório. DECIDO.** Ao ser ouvido nesta audiência, em sede de interrogatório judicial, o réu negou ter agredido a vítima e ameaçado-a. Alegou que a vítima deu início às agressões, empunhando uma faca. Não existem prova alguma nesse sentido. A ofendida prestou relato detalhado, firme e coerente no sentido de que foi efetivamente agredida pelo réu, que derrubou-a ao chão e esganou-a, bem como ameaçou-a de morte. O laudo de exame de corpo de delito de fls. 51 e o relatório médico de fls. 06 confirmam isso. Os depoimentos dos Policiais Militares que atenderam ao caso, colhidos nesta data, sob o crivo do contraditório e da ampla defesa, são no sentido de que a vítima lhes relatou, ainda no calor dos fatos, exatamente o mesmo que relatou nesta audiência, ou seja, que foi derrubada, sofreu esganadura e foi ameaçada de morte. Assim, tenho como muito bem demonstrados os fatos narrados na denúncia com relação ao item 01. Relativamente à segunda imputação, o réu admitiu que tinha em seu poder as armas de fogo, mas admitiu que tinha recebido apenas três como um pagamento de aluguel, de um desconhecido, não sabendo indicar quem, e assim tenta justificar a posse de um verdadeiro arsenal que foi encontrado em sua casa, conforme auto de fls. 32/35. Ademais, anote-se, o acusado tinha uma das armas com numeração raspada e diversas munições de variados calibres, todos aptos a efetuar disparo conforme fls. 133. Procedem as acusações. Passo a fixar a pena. 1) Para o crime de lesões corporais, fixo a pena base no mínimo legal de 03 meses de detenção. 2) Para o crime de ameaça fixo a pena base no mínimo legal de 01 mês de detenção. Para esses delitos, aplico o regime aberto para o início do cumprimento de pena, e substituo as penas de detenção por 04 meses de prestação de serviços à comunidade. Para o caso de conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade, desde já autorizo o “*sursis*” pelo prazo de dois anos. 3) Para o crime de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.	

porte de arma previsto no artigo 16, parágrafo único, IV, fixo a pena base no mínimo legal de 03 anos de reclusão, e 10 dias-multa. Estabeleço o regime aberto para o início de cumprimento de pena. Considerando a grande quantidade de armas e munições, Estabeleço o regime semiaberto para o início de cumprimento de pena. Com base nos artigos 43 e 44 do C.P., substituo a pena privativa de liberdade por 03 anos de prestação de serviços à comunidade e 10 dias-multa. Fixo o valor do dia multa no mínimo legal. Ante o exposto, julgo procedente o pedido contido na denúncia condenando-se o réu **JOSE CARLOS DE MOURA** à pena de 03 anos e 04 meses de prestação de serviços à comunidade e 10 dias-multa, por infração aos artigos 129, §9º, artigo 147, caput, do Código Penal c.c. artigos 5º, inciso II e 7º, incisos I e II, da Lei nº 11.340/06 e no artigo 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 10.826/03, na forma do artigo 69, do Código Penal. Publicada em audiência saem os presentes intimados. Comunique-se. **Pelo acusado e seu defensor foi manifestado o desejo de não recorrerem da presente decisão.** Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, \_\_\_\_\_, Luis Guilherme Pereira Borges, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

Juiz(a) de Direito: **CLAUDIO DO PRADO AMARAL**

<p align="center"><b>DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA</b></p>
---

Promotor:

Acusado:

Defensor: